

IMPLICADOS EM ACTOS DE CORRUPÇÃO

FRELIMO minimiza detenção de "camaradas"

Para Edson Macuácuva, o combate à corrupção passa necessariamente pela responsabilização criminal das pessoas implicadas incluindo seus mentores independentemente da sua filiação partidária.

"Todos os cidadãos que estejam implicados em casos de corrupção devem ser responsabilizados pelos seus próprios actos. Por isso, nós devemos colaborar com as instituições como cidadãos e como partido devemos respeitar a autonomia e independência das instituições da administração da justiça encarregues de cumprir a sua missão neste âmbito", revelou Edson Macuácuva para, em seguida, acrescentar que o partido FRELIMO, na qualidade de governo, está a tomar todas as medidas adequadas no plano preventivo e repressivo de modo a estancar a corrupção.

O Secretário do Comité Central para Mobilização e Propaganda da FRELIMO aproveitou a reportagem do ZAMBEZE para apelar à sociedade civil "no sentido de juntar todos os esforços, todas as intervenções, todas as instituições e agentes do Estado que visam estancar a corrupção e concorrerem para o cumprimento da nobre agenda nacional que foi definida pela Frelimo".

"Nós verificamos que há uma grande redução dos seus níveis. Verificamos que nas instituições do Estado há várias medidas tomadas que minimizam o espaço para a ocorrência de actos de corrupção. As linhas verdes estão a funcionar em várias instituições, a organização das instituições também minimiza o espaço para a prática de actos de corrupção. O mais importante é que

O Secretário do Comité Central para Mobilização e Propaganda da FRELIMO, Edson Macuácuva, minimizou a detenção de altos quadros desta formação política iniciados da prática de crime de corrupção pela Procuradoria - Geral da República. Trata-se do antigo ministro do Interior e membro da Comissão de Verificação, Almerino Manhenje, o Presidente do Conselho de Administração dos Aeroportos de Moçambique e recentemente o antigo director do Centro de Processamento de Dados.

ALVARITO DE CARVALHO



continuemos a confiar nas instituições e a colaborar", enfatizou Macuácuva.

Sobre a criminalidade, Edson Macuácuva afirmou que o ano de 2008 não foi mau como se pretende dar a entender às vezes. "Há que reconhecer que houve focos sim de casos de criminalidade, mas esses casos estiveram localizados no tempo e no espaço. Do ponto de vista de espaço, não foi todo o país caracterizado pela criminalidade. Foram apenas duas cidades, Maputo e Matola. Mas não se pode dizer que uma situação de Maputo é uma situação de todo o país. Por outro lado, do ponto de

vista do tempo, não foi todo o ano caracterizado pela insegurança", ressaltou para depois indicar que a criminalidade assentou-se nos meses de Novembro e Dezembro.

"O certo é que houve também alguns sectores que movidos por objectivos inconfessáveis mediatizaram excessivamente os tais casos, procurando criar a ideia de um clima de insegurança, o que não corresponde à verdade, porque em Moçambique há segurança, as pessoas circulam e trabalham. Naturalmente que nós estamos preocupados com os focos que aconteceram nas

cidades de Maputo e Matola nos últimos meses do ano e estamos convencidos de que com a actual intervenção policial, com as medidas que estão sendo tomadas a nível da Polícia da República de Moçambique, esses focos também serão, a breve trecho, neutralizados", revelou.

Num outro desenvolvimento, o nosso interlocutor minimizou ainda as interpretações de algumas correntes da Sociedade Civil que entendem a retumbante vitória do "batuque e o tambor" nas terceiras eleições autárquicas como perigando a democracia. Para Edson Macuácuva, a democracia é

uma conquista irreversível do povo moçambicano. "Portanto, sempre que os resultados eleitorais reflectirem esta vontade popular, como é o caso das eleições autárquicas, que foram qualificadas como transparentes, livres e justas pelos observadores e outros intervenientes, naturalmente estamos em presença de um processo de consolidação da democracia. Quanto ao multipartidarismo, é preciso recordar que ele tem dignidade e valor constitucional; explanou Edson Macuácuva.

"Nós notamos com interesse e apreciamos que também os outros partidos

têm vindo a fazer um grande esforço. Mas é preciso sublinhar que a democracia não se limita a multipartidarismo. A democracia significa a mais ampla participação dos cidadãos na vida política, económica, social e cultural e neste sentido, os cidadãos moçambicanos têm um quadro político e jurídico que lhes permite participar nos vários domínios da vida pública", indicou.

Edson Macuácuva entende ainda que o sistema de representação proporcional permite que cada um dos partidos possa ter alguma representação à medida da opção dos cidadãos e neste sentido os partidos estarão representados nas diferentes assembleias municipais em proporção da vontade, da opção dos municípios em cada uma das autarquias. Neste sentido, consideramos este ano um ano de crescimento deste sistema democrático, tendo em conta também a forma ordeira como os moçambicanos participaram no processo.

Entretanto, dados na posse do ZAMBEZE indicam que o partido FRELIMO inicia o ano político de 2009 com um amplo trabalho das brigadas de agradecimento aos municípios pelo voto de confiança depositado nas urnas durante a realização das Terceiras Eleições Autárquicas.

As referidas brigadas Centrais lideradas pelos membros da Comissão Política e integram membros do Comité Central da FRELIMO têm como missão agradecer e saudar a população pela forma ordeira, cívica e exemplar como participaram no processo eleitoral, incluindo a preparação das quartas Eleições Gerais e as primeiras Eleições Provinciais. z

Gendarmes sem dinheiro há cerca de dois anos

ALMEIDA OLIVEIRA

Parece haver certos mistérios no Ministério do Interior (MINT). O dinheiro destinado ao pagamento dos sargentos principais não está a chegar às mãos destes. Os responsáveis das finanças vêm acalmando os ânimos dos visados com palavras coloridas, dizendo que o processo está sendo resolvido ao nível do Ministério das Finanças, mas já passam cerca de dois anos que os beneficiários estão à espera do dinheiro a que têm direito.

É que em 2007, por despacho ministerial datado de 15 de Maio, um grupo de elementos da corporação foi promovido à categoria de sargento principal. Geralmente quando tal acontece o ordenado respeitante a nova categoria começa imediatamente a ser pago aos beneficiários. Tal não está a acontecer com o grupo que foi

nomeado em 2007, o qual até hoje não recebeu os retroactivos.

A promessa dos responsáveis das finanças no MINT de que "no próximo mês terá o vosso dinheiro" foi se repetindo mês após mês, com tanta constância que criou desespero no seio dos sargentos principais de que estamos a falar. Parte deles

vieram ao ZAMBEZE revelar o caso, dizendo-se já fartos de ouvir a mesma música todos os meses, mas sem ver o seu problema ser resolvido.

As nossas fontes, que pediram anonimato, afirmaram que a estranheza criada pela justificação não argumentada dos financeiros do MINT, aliada ao facto de esta ser a primeira vez que se verifica uma demora prolongada no pagamento dos retroactivos relativos a progressões, levou-os a suspeitar que tenha havido "esquemas sujos" na tramitação dos processos que terminariam com o desembolso do dinheiro por parte do Ministério das Finanças.

Aliás, as nossas fontes supõem que o dinheiro tenha

sido desembolsado pelo Ministério das Finanças, mas que o mesmo eventualmente esteja ainda a servir interesses de certos "grupinhos" de superiores do MINT. Tomando isso por verdade, "o nosso dinheiro só teremos quando tais interesses forem satisfeitos", disse um dos nossos interlocutores com ares de desespero e num tom muito agressivo, como que a culpabilizar o repórter com quem estava a falar.

Porta-voz diz que desconhece o caso

A nossa reportagem dirigiu-se ao Departamento de Administração e Finanças (DAF) do Ministério do

Interior por forma a entender os contornos deste caso, mas o respectivo chefe disse que não poderia pronunciar-se sobre o mesmo, dado que não está autorizado a falar para a imprensa. No entanto, admitiu a existência do problema.

Contactamos telefonicamente o porta-voz do MINT, Ilídio Miguel, mas este declinou fazer qualquer pronunciamento sobre o caso, alegando que o mesmo não é do seu conhecimento, imputando tal responsabilidade ao porta-voz do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), Pedro Cossa, sob a justificação de que os sargentos principais em causa são oficiais do Comando Geral

da PRM. No entanto, Cossa disse, por sua vez, que o assunto cabe nas responsabilidades do porta-voz do MINT e não do Comando Geral, pelo que nada podia dizer sobre o mesmo.

Entretanto, fonte anónima, quadro superior do MINT, disse à nossa reportagem que o assunto é mesmo da responsabilidade do MINT e não do Comando Geral da PRM, revelando que o mesmo está sendo resolvido entre este Ministério e o das Finanças, no sentido de o problema ser resolvido muito brevemente. Mas esta é a mesma música que os sargentos principais nomeados em 2007 vêm ouvindo ao longo dos últimos dois anos. Onde está a verdade? z